Reseña de *Religión y poder en las misiones de guaraníes*, de Guillermo Wilde. Buenos Aires, Editorial SB, 2009, ISBN 9789871256631

Elisa Frühauf García

Electronic version

URL: <http://journals.openedition.org/corpusarchivos/1133>

DOI: 10.4000/corpusarchivos.1133

ISSN: 1853-8037

Publisher

Diego Escolar

Electronic reference

Elisa Frühauf García, « Reseña de *Religión y poder en las misiones de guaraníes*, de Guillermo Wilde. Buenos Aires, Editorial SB, 2009, ISBN 9789871256631 », *Corpus* [En línea], Vol 1, No 2 | 2011, Publicado el 30 diciembre 2011, consultado el 20 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/corpusarchivos/1133> ; DOI : 10.4000/corpusarchivos.1133

This text was automatically generated on 20 April 2019.

Licencia Creative Commons: Atribución-NoComercial 2.5 Argentina (CC BY-NC 2.5 AR)

Reseña de Religión y poder en las misiones de guaraníes, de Guillermo Wilde. Buenos Aires, Editorial SB, 2009, ISBN 9789871256631

Elisa Frühauf Garcia

- 1 Originário de uma tese de doutorado defendida na Universidade de Buenos Aires em 2003, ainda que significativamente ampliada por pesquisas posteriores, *Religión y Poder en las misiones de guaraníes* dialoga com algumas das questões mais pertinentes atualmente no campo da temática indígena. Amparado em uma extensa e criteriosa pesquisa documental e bibliográfica, associado a um bem-sucedido esforço de interpretação teórica, o livro recebeu o prêmio da *Latin American Studies Association* em 2010, distinção a que faz jus sem nenhuma dúvida.
- 2 Durante décadas, a historiografia sobre as missões reiterou determinados pressupostos que, em maior ou menor medida, centravam as análises na figura dos religiosos e retiravam o empreendimento do contexto mais amplo de domínio colonial da América pelos ibéricos. Nessas interpretações, a província do Paraguai era concebida como o caso mais bem-acabado de implementação do projeto missionário, no caso jesuítico. De um modo geral, os índios eram apresentados como autômatos, reproduzindo o que seria uma “cultura guarani”, e as reduções entendidas como uma realidade isenta de conflitos e dissensões. Assim, elas seriam um espaço idílico, onde imperava a ordem e a homogeneidade, ameaçadas exclusivamente por movimentos oriundos do seu exterior, fossem as frentes de penetração da sociedade colonial, especialmente portuguesa, fossem os movimentos da população indígena não-reduzida, chamada genericamente de *infiel*.¹ Como apontado por Wilde, tais interpretações eram oriundas de uma leitura um tanto acrítica das fontes produzidas pelos inicianos, sobretudo após a sua expulsão. Nos últimos anos, a partir de trabalhos que associaram uma considerável pesquisa documental a um

diálogo mais amplo com a bibliografia histórica e antropológica, tal panorama começou a mudar significativamente.

- 3 O livro de Guillermo Wilde é certamente um dos melhores representantes dos trabalhos recentes sobre a experiência missioneira. Ao analisar a implementação do projeto jesuítico, o autor revela as imbrincadas relações tecidas entre os índios, particularmente as suas lideranças, e os representantes do poder colonial, sobretudo jesuítas até meados do século XVIII. Nesse processo, ambos se transformaram: não apenas os inicianos foram obrigados a adaptar os seus projetos iniciais, como as próprias lideranças indígenas adquiriram novos significados. Ao analisar as ações de tais personagens, o autor percebe muito bem as ambiguidades ali presentes, especialmente quando contrapõe a dinâmica vigente na região às representações veiculadas nos discursos produzidos pelos religiosos.
- 4 A maior contribuição do trabalho talvez seja pensar historicamente a construção do espaço das reduções, apresentando-o como um processo intermitente e descontínuo, sujeito às diferentes expectativas dos agentes nele envolvidos. A perspectiva da fronteira adquire assim uma dimensão fundamental: os espaços e os grupos étnicos, antes tidos como estanques, se relativizam nas interações sociais reveladas pelo autor.² A ambiguidade mencionada acima é indissociável dessa percepção das fronteiras como algo manejável, ora estáticas, ora permeáveis, sujeitas a diferentes usos dependendo dos atores e das circunstâncias. Nesse sentido, Wilde enfatiza como o desenvolvimento da província jesuítica do Paraguai esteve inexoravelmente articulado às diferentes conjunturas da sociedade colonial, como demonstrado na estruturação do livro a partir de situações históricas específicas.
- 5 Em determinados momentos, a ação dos jesuítas foi fundamental para consolidar a presença espanhola na região, evitando a expansão dos portugueses e fornecendo a mão-de-obra necessária a vários empreendimentos coloniais. Assim, nos quatro primeiros capítulos, Wilde analisa a relação dos missionários com os índios, marcada pela ambivalência e pela descontinuidade, onde a “ordem política”, em grande parte tributária das iniciativas dos inicianos, nem sempre se coadunava com as representações dos índios.
- 6 Em que medida tal ordem política, inseparável da dimensão religiosa como analisado no capítulo um, foi interiorizada pelos guaranis não é uma questão de fácil resposta, como reconhece o autor. As fontes demonstram como os jesuítas se moviam em um campo de incertezas, onde os índios frequentemente não correspondiam às suas expectativas. Os conflitos surgiam em vários momentos, como, por exemplo, na nomeação das lideranças e na delimitação das suas respectivas funções. A despeito da tentativa dos inicianos de impor um modelo baseado na supremacia política dos *cabildos* e regular, ou até intervir, na nomeação dos caciques, a legitimidade dos cargos era por vezes questionada pelos liderados ou pelos preteridos em alguma sucessão. Os comentários um tanto ácidos tecidos pelos missionários sobre certos caciques são uma fonte pertinente para questionar os limites encontrados no processo de estabelecimento da ordem política colonial no interior dos *pueblos*. Por que alguns caciques eram mais respeitados do que outros e, conseqüentemente, quais eram as bases para o exercício do poder são questões desenvolvidas no terceiro capítulo.
- 7 Os relacionamentos dos índios com os inicianos, portanto, nem sempre eram harmônicos: se determinados conflitos podiam ser resolvidos no interior das missões sem maiores conseqüências, outros geravam graves dissensões. Muitos guaranis optavam por deixar, temporária ou definitivamente, os *pueblos*, embora isso não significasse uma ruptura total com o modo de vida reducional, como pode ser percebido em um caso mencionado por

Bernardo Nudorffer em 1736. Na ocasião, o inaciano narrou a existência de um *pueblo* “autônomo”, formado por índios “fugitivos” de dez reduções. Pelas informações disponíveis, a organização lá adotada era semelhante à existente nas missões, com duas diferenças significativas: a ausência de padres e a prática disseminada da poligamia (p.125). Exemplos como esse ajudam a esclarecer de maneira mais criteriosa quais eram os pontos de conflito entre os índios e os jesuítas. Não se tratava necessariamente de um embate entre dois mundos: o nativo buscando preservar o que lhe seria característico e os missionários tentando impor elementos europeus, como foi muitas vezes colocado pela historiografia sobre relações interétnicas. De acordo com o demonstrado pelas pesquisas recentes, a questão atualmente deixa de ser separar o que seria originário de cada uma das partes, mas perceber como o processo de conversão e mediação cultural se dá através da construção de símbolos e significados, que podem ser compartilhados ou objeto de disputa entre os agentes em contato.³ Assim, a forma como os índios se apropriavam de elementos das missões para construir um determinado projeto coletivo, no caso do *pueblo* mencionado, ou como as suas disputas com os jesuítas poderiam ter como veículos principais a utilização de símbolos cristãos, analisadas no capítulo dois, tornam-se os aspectos privilegiados para revelar as complexidades do mundo colonial.

- 8 Por outro lado, nem sempre os interesses dos inacianos se coadunavam com as diretrizes reais, situação que vai ficando mais clara a partir da segunda metade do século XVIII. Ao abordar as clivagens entre os diferentes segmentos da sociedade colonial, Wilde demonstra como os índios foram hábeis sujeitos políticos, capazes de avaliar as conjunturas específicas e tomarem as suas próprias decisões. Um dos momentos mais evidentes desse embate entre a Coroa e os inacianos ocorre no início da década de 1750, com as tentativas de demarcação do Tratado de Madri e a consequente entrega dos sete *pueblos* orientais aos portugueses. Como analisado no capítulo cinco, naquela ocasião os guaranis se viram diante do dilema de acatar ou não as ordens reais, prevalecendo a opção pelo conflito. Apesar da derrota, a habilidade política demonstrada pelos índios é facilmente perceptível nos exemplos trabalhados pelo autor.
- 9 As iniciativas e opções dos missionários, por sua vez, são aprofundadas no capítulo seis, um dos grandes momentos do livro. Ao analisar o período posterior à expulsão dos jesuítas, permeado por disputas entre os curas enviados para substituí-los e os administradores leigos espanhóis, Wilde evidencia como essa conjuntura foi utilizada pelos índios para contemplarem os seus próprios interesses, tanto individuais quanto coletivos. Em alguma medida, tais interesses foram suscitados pelo próprio Estado espanhol ao preparar a expulsão. Através de uma série de promessas baseadas no prestígio e na distinção social, o governador do Rio da Prata gerou expectativas de mando e de mobilidade naqueles interessados em ascender socialmente, cuja principal via era o acesso aos cargos do *cabildo*.
- 10 Naquele contexto, muitos índios acharam que as compensações, efetivas ou imaginadas, advindas pelo exercício de tais cargos valiam o emprego de toda a sorte de artifícios para obtê-los. Um caso elucidativo a esse respeito ocorreu em San Ignacio Guazú em 1780, quando os *cabildantes* se manifestaram abertamente contra o corregedor don Tomás Abacatú, acusando-o de ter obtido o cargo a partir de um procedimento questionável. Conforme os denunciantes, ele teria solicitado o posto em pessoa ao vice-rei e, para tanto, apresentado “falsos informes” de índios “cúmplices”. Pelas informações disponíveis, don Tomás Abacatú não media esforços para a eliminação dos adversários: ainda segundo os *cabildantes*, o antigo administrador do *pueblo* morrera após Abacatú e outros índios

recolherem pedaços do seu cabelo recém-cortado e o misturarem a determinada substância. É bem verdade que os denunciante não explicaram claramente qual fora o destino da mistura e nem como ela teria adquirido semelhante grau de periculosidade, mas não se furtaram em manifestar as suas profundas suspeitas quanto à mesma e, consequentemente, sobre a conduta de Abacatú (p. 228-229).

- 11 Nessa atmosfera de competição -provavelmente já existente antes da expulsão dos jesuítas, mas que parece ter se acirrado, ou pelo menos se tornado mais evidente, após 1768- a utilização de recursos “suspeitos” para obter determinados fins adquiriu uma nova dimensão, como analisado no capítulo seguinte, “El retorno de los antepasados”. Demonstrando prudência justificável em classificar tais práticas, pois as próprias fontes são um tanto confusas, abarcando sob a designação de feitiçaria desde envenenamentos até a efetiva intervenção de forças ocultas, pelo menos na visão dos envolvidos, Wilde consegue articulá-las à situação concreta dos *pueblos*. Para fazer frente à concorrência e motivados por sentimentos como rancor, despeito, inveja, ciúmes, dentre outros, muitos índios não titubearam em empregar todos os recursos possíveis. Ironicamente, o número de *cabildantes* crescia enquanto a população dos *pueblos* decaía: cada vez mais os índios procuravam ocupações nas cidades ou se imiscuíam nos grupos de *gaúchos* e *infieis* da região da campanha. Em que medida, porém, é possível associar diretamente tal esvaziamento a um declínio definitivo e linear dos *pueblos* ou do poder das lideranças, especialmente dos caciques, não é uma questão de fácil resposta.
- 12 Nos capítulos finais, o autor aborda o processo histórico das missões no século XIX, marcado pela desagregação territorial e declínio demográfico. Sem desconsiderar as suas especificidades, tudo indica que os missionários compartilharam do grande dilema dos índios no XIX. Como afirmou Florencia Mallon, caracterizado por um início auspicioso e um final de “exclusão e repressão”, aquele foi, para as sociedades indígenas, “o século das oportunidades frustradas”.⁴ No caso dos guaranis, o período começa com a possibilidade de uma mudança significativa: o projeto de liberação do regime de comunidade, através do qual obteriam o direito de conduzirem com autonomia o seu trabalho e as suas vidas, deixando de arcar com as obrigações econômicas e sociais para com os seus *pueblos*. Apesar da aplicação do projeto ter ficado restrita a algumas famílias, ele parece ter atendido aos anseios dos índios: muitos manifestaram interesse em obter a liberação, certamente na perspectiva de um futuro melhor. Ainda na mesma época, provavelmente com base em perspectiva semelhante, parte considerável da população dos *pueblos* orientais uniuse aos portugueses na anexação do seu território ao Brasil em 1801.
- 13 Os anos seguintes foram decisivos para o envolvimento dos guaranis na vida política do Rio da Prata. Desde a formação da Junta de Buenos Aires, os índios aparecem como sujeitos políticos a serem inseridos nos projetos delineados pelos diferentes grupos então em disputa. Foi, porém, José Artigas quem obteve a adesão mais entusiasta, principalmente através da figura um tanto emblemática de Andresito Artigas, como demonstrado no capítulo dez. Se não são bem claros os motivos de tal adesão, a sua proposta de restituição da unidade da província de missões, recuperando as ocupadas pelos portugueses e as mantidas sob a jurisdição do governo do Paraguai, parece ter funcionado como o grande elemento de coesão dos missionários. Apesar de alguns sucessos, a derrota de Artigas deixava irremediavelmente para trás a possibilidade de restituição da antiga unidade e tornava o futuro dos guaranis mais sombrio. A partir de então, em situações individuais, eles poderiam atingir lugares sociais de relativo prestígio e segurança, sobretudo nas cidades da região, como de fato ocorreu com muitos.

Coletivamente, porém, para recuperar as considerações de Mallon, para os missioneiros chegava o momento da “exclusão e repressão”, inclusive com episódios de massacre como a “matança de San Roquito” ordenada pela elite política de Corrientes, cuja violência foi tamanha que constrangeu até as províncias vizinhas (pp. 366-371).

- 14 As histórias e personagens reveladas por Wilde superam definitivamente qualquer abordagem das missões nos antigos moldes, baseada na centralidade dos jesuítas e na homogeneidade dos guaranis. Ao longo do livro, os índios aparecem como sujeitos cujas opções ajudaram a moldar não apenas a construção das reduções, mas também o próprio desenvolvimento da região platina. Além disso, e talvez ainda mais importante, ao privilegiar a análise da construção e reprodução das lideranças, Wilde enfatiza o quão heterogênea e diferenciada era a população indígena reduzida, revelando assim “la compleja y paradójica dinámica de un poder en el que los oprimidos no solo padecían la opresión sino que también la ejercían” (p.387).

NOTES

1. Sobre o tema, veja-se Langer, Erick & Robert Jackson, *The New Latin American Mission History*, Lincoln, University of Nebraska Press, 1995, especialmente Sweet, David, “The Ibero-American Frontier Mission in Native American History”.
 2. Há uma vasta historiografia recente sobre as dinâmicas fronteiriças com a qual o autor dialoga. Para um apanhado geral sobre o tema veja-se Boccara, Guillaume, “Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje en Tiempos de Globalización”, *Mundo Nuevo Nuevos Mundos*, revista eletrônica, Paris, 2000. Disponível em (www.ehess.fr/cerma.Revuedebates.htm)
 3. Montero, Paula, “Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural”, em Paula Montero (org.), *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*, São Paulo: Globo, 2006.
 4. Mallon, Florencia, “Las sociedades indígenas frente al nuevo orden”, en Vázquez, Josefina (dir.), *La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870. Historia general de América Latina*, vol.VI, Paris, Unesco; Madrid, Trotta, 2003, p. 251.
-

AUTHOR

ELISA FRÜHAUF GARCIA

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Correo electrónico: elisafg@terra.com.br